



Imprensa e pedagogia política no Rio de Janeiro oitocentista

VINICIUS CRANEK GAGLIARDO*

Em 13 de maio de 1808, pouco tempo após a chegada de Dom João e sua corte ao Brasil, o príncipe regente põe fim ao longo período de proibição de funcionamento de tipografias na então mais importante colônia do Império português.¹ Isso porque, até esta data, quando ocorre a fundação da Impressão Régia, o governo metropolitano coibiu o estabelecimento da imprensa no Brasil, fazendo da palavra impressa crime e controlando sua circulação (BAHIA, 2009: 18). A criação de uma tipografia no Rio de Janeiro, apesar de inicialmente marcada pela necessidade administrativa de manutenção da nova sede do governo português, uma vez que a própria burocracia demandava a publicação de “toda a legislação e papéis diplomáticos”, foi também o ponto de partida para que, com a publicação de “todas e quaisquer outras obras”, a imprensa pudesse se desenvolver no Brasil (COLEÇÃO..., 1808: 29).

Antes de 1808, entretanto, as poucas tentativas de se criarem casas tipográficas no Brasil esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas (LUSOSA, 2004:7). Até a chegada de Dom João e a criação da Impressão Régia, as letras impressas permaneceram proibidas por aqui: de um lado, não se podia imprimir qualquer papel que fosse, de outro, o governo português procurava conter a importação dos impressos que chegavam aos portos brasileiros, o que resultava em um controle sobre a circulação interna – o que podia ou não ser liberado na Alfândega – de livros na Colônia (ALGRANTI, 2004: 138). A Impressão Régia, desse modo, possibilitou ao Brasil figurar não apenas como consumidor de livros, jornais e demais papéis impressos que chegavam aos seus portos, como acontecia até então, mas atribuiu-lhe, a partir daí, o lugar de produtor destes suportes de construção e divulgação dos saberes (OLIVEIRA, 2011: 56).

Como o Brasil colonial era uma sociedade marcada pelo baixo letramento e pelo controle sobre os papéis impressos, era natural que a circulação de palavras – às vezes

* Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP/Franca. Bolsista FAPESP.

¹ Vale lembrar que, contrariamente a esta afirmação de que as tipografias eram proibidas na América portuguesa, José Marques de Melo, em *Sociologia da imprensa brasileira*, destaca que “não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil”. Ainda segundo o autor, “na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil”. (MELO apud BRAGANÇA, 2005: 45)

impressas ou mormente faladas e manuscritas – ocorresse de formas variadas: manuscritos, correspondências particulares, papéis e folhas avulsas pregadas nas paredes e muros espalhados pela cidade ou que circulavam de mão em mão (MOREL, 2013: 28). Assim, não é de se estranhar que uma intensa oralidade marcasse a cultura do Brasil nos três primeiros séculos de colonização: tratava-se de uma sociedade em que a palavra impressa era vítima da censura, as casas tipográficas eram proibidas, a maior parte da população brasileira se constituía por analfabetos – brancos e escravos – e o sistema de instrução pública era extremamente precário² – o Rio de Janeiro, por exemplo, praticamente não contava com instituições de ensino, com exceção de três colégios religiosos (os seminários de São José, de São Joaquim e o da Lapa) e uns poucos professores particulares contratados para ensinar no interior das casas.

Após a fundação da Imprensa Régia e, principalmente, a partir de 1821, quando é decretada a liberdade da palavra impressa no Brasil, proliferaram as tipografias,³ e com elas os folhetos e os periódicos (BARBOSA, 2010: 40). Proliferaram também, no decorrer do século XIX, as instituições e espaços de apoio às letras, às ciências e à cultura, como livrarias, bibliotecas, gabinetes de leitura, sociedades e academias artísticas, literárias e científicas, colégios regulares e técnicos, seminários, faculdades, inicialmente as de Direito e Medicina, teatros, entre uma série de outras⁴ que vão auxiliar, ainda que lentamente, na transformação de uma sociedade extremamente oralizada, como era o Brasil colonial, em uma sociedade cada vez mais letrada, na qual a palavra impressa passa a conquistar mais e mais espaço.

O Rio de Janeiro, especificamente, até o desembarque de Dom João, era uma cidade relativamente acanhada, com raras atividades intelectuais (FRANÇA, 2002: 554). Isso porque os indivíduos letrados eram poucos, bem como os escritos por eles produzidos, que circulavam de modo bastante restrito – em manuscritos, quase sempre –, uma vez que a impressão ainda era proibida. Até então, como assevera Jean Marcel Carvalho França, “os consumidores de cultura, se é que se pode assim chama-los, eram os mesmos que a produziam, o que, conseqüentemente, restringia a circulação de ideias a um limitadíssimo

² Como aponta Oliveira Lima, “As condições da instrução pública no Brasil colonial dos começos do século XIX eram reconhecidamente deficientes: pode mesmo dizer-se que eram no geral quase nulas [...]” (1996: 159).

³ Nesse ano, surgem duas tipografias no Rio de Janeiro: a Nova Tipografia e a de Moreira e Garcez. No ano seguinte, o da Independência, instalaram-se mais quatro: a de Silva Porto e Cia., propriedade de Felizardo Joaquim da Silva Moraes e Manuel Joaquim da Silva Porto; a de Santos e Sousa; a do *Diário do Rio de Janeiro*, de Zeferino Vito de Meireles; e a de Torres e Costa, cujos proprietários eram Inocêncio Francisco Torres e Vicente Justiniano da Costa (SODRÉ, 1999: 36).

⁴ Sobre as instituições culturais criadas no Rio de Janeiro a partir da chegada de Dom João e sua corte, ver: (FRANÇA, 2002: 553-604).



grupo de indivíduos” (1999: 101). Uma anedota publicada no jornal *A Grinalda*, em 3 de setembro de 1848, ilustra muito bem o que era o mundo letrado no Rio de Janeiro, mesmo já em meados do século XIX:

Um sujeito tendo recebido uma carta de sua família pediu a um seu conhecido o favor de a ler; este, fingindo fazê-lo, de vez em quando interrompia a falsa leitura, dizendo: chore, chore senhor F...; o outro perguntava-lhe pelo que, se havia morrido alguma pessoa de sua família, ou se tinha acontecido alguma desgraça... chore, chore, senhor F... pela desgraça de Vm. não saber ler... nem eu (A GRINALDA, n. 6, vol. 1, 3 de setembro de 1848: 92).

O desembarque da corte no Brasil dá início a novos tempos para a cultura letrada. O consequente incentivo, ainda que muitas vezes mínimo, que se observou a partir de então à cultura marca o surgimento dos primeiros consumidores regulares de arte e literatura, momento em que começou a se organizar, pela primeira vez, uma “vida intelectual” no Brasil (LUSTOSA, 2006: 275). Com a Impressão Régia e as demais tipografias fundadas após decretada a liberdade de imprensa, o que resultou em uma proliferação de periódicos e livros no Rio de Janeiro, percebe-se que por mais limitada que ainda fosse tal “vida intelectual” durante as primeiras décadas do século XIX, a cidade passou a contar, cada dia mais, com um público receptivo aos impressos e, com isso, às ideias e tendências da época que por eles circulavam (ALGRANTI, 2004: 161).

Por mais que se possa imaginar um público letrado ainda bastante restrito, mesmo entre a camada branca e abastada da população, o que limitaria a circulação das ideias veiculadas nos impressos, há de se levar em conta que, por mais que o texto escrito tenha recebido impulso sem comparação até então, ele não substituiu ou passou a predominar, imediatamente, sobre as formas oralizadas de transmissão cultural características da Colônia, pois os mundos manuscrito e impresso se misturavam ao mundo oral (BARBOSA, 2010: 48). Ou seja, mesmo com o desenvolvimento da imprensa durante as primeiras décadas do Oitocentos, não teria sido possível abandonar abruptamente séculos de transmissão cultural por meio de práticas orais, mesmo porque não seriam encontrados leitores suficientes que garantissem a circulação dos livros, jornais e revistas (PINA, 2002: 43). Os impressos, nesse sentido, ainda se espalhavam pelo Rio de Janeiro por meio das práticas da oralidade. Em uma sociedade de exorbitante analfabetismo, muito do que era veiculado nos jornais chegava à população – tanto branca como negra – pelas leituras coletivas realizadas em pontos espalhados pela cidade (LUSTOSA, 2004: 64). Como afirma Marialva Barbosa, “numa



sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas” (2010: 21).

A sociedade fluminense – e o Brasil como um todo – marcava-se pelo baixo letramento de sua população. Em vista disso, escritores e redatores, por meio das páginas dos periódicos fluminenses, foram assíduos defensores da ideia de ampliar a instrução do povo. Já no primeiro periódico brasileiro, o *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa alertava para “a necessidade que há de espalhar instrução útil no Brasil” (CORREIO BRAZILIENSE, vol. 22, n. 130, março de 1819: 318). A preocupação com a instrução pública foi tema recorrente nos jornais do século XIX, pois, o gosto pelas letras devia-se ao fato de que o “homem sem instrução, oculto nas trevas da ignorância, esse germen atrasador do progresso, é qual diamante bruto, é um ente inútil à sociedade” (A NOVA MINERVA, n. 32, tomo 2, julho de 1846: 127). Por isso mesmo o homem deveria instruir-se, pois a instrução do indivíduo acarretaria no *melhoramento* da sociedade como um todo:

A instrução o torna interessante à si e à sua pátria, ela purifica seu espírito, abrandando os seus costumes, afasta-o dos princípios de vício, e aponta-lhe a brilhante vereda da virtude, tira-lhe a venda do erro e dá-lhe os olhos da verdade! [...] Ela constitui portanto o principal elemento da civilização, e por conseguinte o da prosperidade de uma nação, como pomposo exemplo nos patenteia a Alemanha, a França e a Inglaterra. Em vista pois de tão irrefragáveis considerações deve a instrução sobre tudo merecer a mais séria atenção de um governo desvelado em promover o bem do seu Estado (A NOVA MINERVA, n. 32, tomo 2, julho de 1846: 127).

O nascimento da imprensa brasileira caracterizou-se pela estreita vinculação com a instrução da população. Nesse contexto, a instrução, inicialmente, associava-se, em grande parte, ao esclarecimento político e, em consequência dele, à liberdade e prosperidade dos povos. Tal associação entre instrução, política e liberdade se fazia presente nos periódicos no decorrer de praticamente todo o século XIX, como pode ser visto, tardiamente, em 1865, no *Jornal das Famílias*: “a ignorância das massas é o primeiro auxiliar do despotismo: um povo sem educação não compreende nem merece a liberdade” (JORNAL DAS FAMÍLIAS, n. 11, tomo III, novembro de 1865: 340). Desse modo, era comum nos periódicos a afirmação:

Não há melhor povo para se governar do que aquele que for regularmente instruído [...]; quanto mais instruído é um povo, mais elemento de ordem existe entre ele, mais dócil se torna, e a convicção é o instrumento mais forte para se fazer as massas entrarem na órbita da moral e dos bons costumes.

[...] Venha, pois, a instrução. Derrame-se por onde for possível esse orvalho civilizador da humanidade, porque é essa a fonte de todo o progresso (ALBUM LITTERARIO, n. 15, ano 2, 15 de março de 1861: 2).

Um povo instruído, como se vê, era um povo mais fácil de ser governado, pois estaria em contato com os preceitos políticos, morais e sociais mais elucidativos, fazendo com que fosse preciso, como afirmam os *Annaes Brasilienses de Medicina*, em 1865, “ser na realidade cego para não ver que o futuro das nações depende do grau de instrução a que chegarem”. Nesse sentido, continua o periódico, “um povo esclarecido, pelo contrário, será logo um povo livre e saberá conservar sua liberdade, porque saberá fazer bom uso dela” (ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA, n. 7, tomo 17, dezembro de 1865: 339-340). Em vista disso, a instrução era considerada, de acordo com a ampla gama de redatores e escritores que publicaram periódicos durante o século XIX, um mecanismo fundamental para se incutir novas ideias políticas, o que resultaria no abandono do mundo da ignorância em direção ao mundo da racionalidade, do esclarecimento e, no limite, da liberdade. Como destaca o *Acajá*, a imprensa tem “sido sempre considerada como a primeira necessidade dos povos livres e muitas vezes a salvaguarda dos seus direitos” (ACAJÁ, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860: 3).

A instrução e o saber adquiriram, assim, um sentido social e político, deixando ao letrado uma quase que obrigação de informar o público sobre os mais importantes acontecimentos políticos da época. O jornalista deveria, com base nesse propósito, defender suas ideias e posicionamentos sobre os assuntos políticos, procurando, com isso, influenciar o público leitor (NEVES, 2002: 475). Desse modo, percebe-se que a imprensa, em seus primeiros anos de liberdade, passa a ser vista como instrumento de difusão particularmente de ideias políticas. Por meio dela, começa a consolidar-se, a partir de então, uma *cultura política*⁵ no Brasil, acompanhada pela formação de um *espaço público* dentro da abrangente esfera privada da sociedade civil, em que se manifestaria a *opinião pública*⁶.

⁵ No livro *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, ao buscar compreender a cultura política da época da Independência, procurou analisar e identificar o vocabulário e as práticas particulares por meio das quais as elites política e intelectual luso-brasileiras deram significado às suas atitudes e interpretaram a realidade que as rodeavam. Tal cultura política seria marcada pelas ideias ilustradas do século XVIII, e mais notadamente por uma transformação do ideário em que predominava a integração do império luso-brasileiro, em um ideário formado pelos desdobramentos da Revolução de 1820, em que se ressaltava a ideologia separatista (Cf. NEVES, 2003).

⁶ De acordo com Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, “considera-se, em geral, que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. [...] Ou

É na criação de um espaço público de crítica que os jornais, panfletos e demais folhas deram o tom da nascente imprensa brasileira. Como aponta Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “as discussões sobre o projeto político a ser instituído no império trouxeram à tona rivalidades e visões de mundo diferentes entre os membros do grupo letrado” (NEVES, 1999: 19). A consequência disso foi um início de construção da nação marcado por *guerras de opiniões* (Cf. LUSTOSA, 2000) entre os jornalistas, em que, de um lado, confrontavam-se diferentes projetos políticos sobre o que deveria ser a nação brasileira⁷ e, de outro, disputava-se a conquista da opinião pública, a qual atuaria como mecanismo de legitimação do projeto político defendido e, no limite, de legitimação da disputa e tomada do poder (BASILE, 2006: 90). Tratava-se de um jornalismo, segundo o periódico *Chronica Litteraria*, que, em 1848, analisa o período inicial da imprensa brasileira, em que “se debatem os partidos políticos e onde se jogam os vaivéns das revoluções políticas” (CHRONICA LITTERARIA, n. 25, vol. 1, série 1, 18 de junho de 1848: 200). Assim, em meio a diversos e divergentes interesses e concepções, os homens da imprensa procuraram formar um cidadão apto à participação política, e fizeram isso polemizando e influenciando a opinião pública (SILVA, 2008: 380). Segundo Marcello Basile, nesse período inicial da imprensa,

A política ultrapassa o tradicional espaço dos círculos palacianos e das instituições representativas e ganha dimensão efetivamente pública. O discurso político assume papel de destaque em torno do qual se travavam as disputas entre as facções, que buscavam o controle da palavra para legitimarem seus projetos e ações. [...] Para os pretensos formadores de opinião, fazia-se necessário, portanto, orientar, dirigir e, se possível, controlar essa heterogênea massa ativa, que mal se iniciava nos novos princípios políticos e dava então seus primeiros passos na vida pública. Era preciso educar os indivíduos para a participação política, formar o verdadeiro cidadão, conhecedor de seus direitos. Principal instrumento de ação política no seio do espaço público, a imprensa exercia, assim, uma autêntica pedagogia política do cidadão, divulgando – em versão vulgarizada, adaptada aos seus fins doutrinários e ao público ao qual se dirigia – os termos desse vocabulário político (BASILE, 2008: 207-208).

Os jornais impressos no Rio de Janeiro, geralmente, mantinham a tradição da imprensa europeia do século XVIII, exercendo o chamado jornalismo de opinião. Essa imprensa de opinião colocou em cena uma figura de homem público, que ainda não era encontrada no Brasil: considerado portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica, este novo

seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MOREL; BARROS, 2003: 22).

⁷ Como apresenta Marcello Basile, grosso modo, existiriam ao menos três projetos políticos para o Brasil em disputa por três diferentes grupos, projetos cuja disputa intensificou-se durante a Regência: os *moderados*, os *exaltados* e os *caramurus* (BASILE, 2008: 222).



homem público era uma espécie de escritor patriota, capaz de difundir ideias e incitar debates (MOREL; BARROS, 2003: 15). Sua intenção pedagógica vislumbrava preparar seus leitores para a nova realidade política almejada. Assim, os jornais publicados após a liberdade de imprensa, em 1821, foram impulsionados pelo propósito de preparar o povo para o novo regime político que se inaugurava. Os homens empenhados nessa tarefa confiaram nas virtudes do saber e conferiram à educação a primazia de alavancar a transformação da sociedade (LUSTOSA, 2006: 262). Os periódicos, nesse sentido, eram considerados instrumentos de educação da população e de formação da opinião pública (SILVA, 2008: 391).

Desse modo, a imprensa periódica assumiu o papel de colocar em pauta aos leitores/ouvintes as discussões sobre o futuro do Brasil, com o objetivo de contribuir para o *adiantamento* do país. Durante as décadas de 20 e 30 do século XIX, os jornais e, sobretudo, os pasquins, uns mais efêmeros que outros, moldaram-se em torno da política, alimentados pelas disputas partidárias entre os diversos grupos e projetos políticos desenvolvidos para a jovem nação que se constituía. Tratava-se, como aponta Hélio Vianna, de uma “época em que a preocupação política do Império a organizar-se naturalmente superava todas as outras” (VIANNA, 1945: 97). Assim, se as discussões políticas predominavam na cena pública, elas eram alimentadas por uma crescente circulação de periódicos, que se constituíram, nesses primeiros anos, como instrumentos privilegiados de discussão das ideias políticas.

O nascimento da imprensa brasileira, mais especificamente do início da liberdade de imprensa, em 1821, até o final do período regencial, em 1841, foi a fase da discussão e dos debates políticos travados entre os diversos partidos em torno de seus projetos políticos para o Brasil, num cenário recheado de agitação, insultos, desqualificações, difamações pessoais, perseguições, prisões, deportações e atentados. Era o momento de um jornalismo cujo ataque pessoal passa a ser o centro da sua produção textual, com ofensas e agressões explícitas à idoneidade das pessoas, que se tornavam, muitas vezes, e ao mesmo tempo, tanto vítimas quanto autoras de chacotas, xingamentos e ofensas pessoais (BARBOSA, 2010: 52). Uma época de jornalismo militante e agitador, de palavras vulgares, que fazia do ataque pessoal aos adversários mecanismo de defesa das ideias políticas. Um jornalismo político no qual se destacavam redatores como Francisco Vieira Goulart (*Gazeta do Rio de Janeiro/O Bem da Ordem*), Januário da Cunha Barbosa (*Revérbero Constitucional Fluminense*), Joaquim Gonçalves Ledo (*Revérbero Constitucional Fluminense*), José da Silva Lisboa (*Conciliador do Reino Unido/Sabatina Familiar*), Luís Augusto May (*A Malagueta*), Manuel Ferreira de



Araújo Guimarães (*O Patriota/O Espelho*), João Soares Lisboa (*Correio do Rio de Janeiro*), Luís Moutinho Lima Alves e Silva (*O Papagaio*) Manuel Inácio Ramos Zuzarte (*O Macaco Brasileiro*), Evaristo da Veiga (*A Aurora Fluminense*), Antônio Borges da Fonseca (*O Repúblico*) e os irmãos Andrada (*O Tamoyo*). Esses redatores, como lembra o jornal *A Sciencia*, em 1848, marcavam presença “no domínio da polêmica, esta guerra moderna, concentrada nas colunas dos jornais, e não menos séria, não menos fecunda em resultados que as lutas armadas” (*A SCIENCIA*, n. 15, vol. 2, 29 de abril de 1848: 188).

Entretanto, toda essa guerra de opiniões, com suas disputas partidárias e, sobretudo, os insultos impressos, acabaram por afastar a nascente imprensa política brasileira da proposta pedagógica que ela própria se atribuiu desde seu nascimento. Como aponta Isabel Lustosa, “os jornalistas iam se dando conta das imensas possibilidades do jornal para a propaganda política. Possibilidades que o distanciavam cada vez mais do papel educativo inicialmente proposto” (LUSTOSA, 2004: 58). Ao invés de instruir, o jornalismo passa a ser vitrine política do jornalista, uma vitrine construída por insultos e difamações aos adversários.

Essa é a leitura da imprensa entre 1821 e 1841 feita pelo periódico *Gazeta Universal*, em abril de 1844, momento em que tal imprensa política já vinha declinando e perdendo espaço no Rio de Janeiro:

- É a imprensa política a que entre nós deveria de ter contribuído grandemente para a ilustração das classes inferiores e, em geral, para o melhoramento da vida moral e material do povo da pátria; [...] Ela é que prevalecendo na alteza de sua posição social, havia de ter por amplíssimo dever o aprimorar desvelada o espírito do povo, cujo mestre tem sido e é; [...] Mas, em verdade, mal se tem por vez o adstringido a capitular os negócios públicos e as opiniões dominantes; e daqui abusado e baixado desgraçadíssimamente a eco dos bandos, a crônica dos escândalos e melhor dos erros e crimes dos caudilhos deles!

E se volvemos os olhos para estes milhares, ou antes milhões de folhas avulsas, que há 15 anos tem alagado da catadupa revolucionária toda esta nossa terra, aflige o ver com quantas futilidades, sem verdades, sem juízos, e fraudes, e torpezas, e misérias, se tem iludido frequentemente a curiosidade, a boa-fé, a confiança do povo: para se lhe dar às braçadas alimento sórdido e empeçonhado ao espírito.

- Luta de parcialidade individuais, luta enfurecida, violenta e estéril, da qual se pode tanto dizer aí dos vencidos, como aí dos vencedores; luta em que como em duelo de morte mais se trata da ofensa que da defesa, em que o ódio e vícios do coração falam mais alto que as convicções do entendimento; tal luta sempre travada e mortífera esforça os escritores políticos no Brasil (GAZETA UNIVERSAL, n. 1, ano 1, 28 de abril de 1844: 1).

Como se vê, por mais que a imprensa política tenha contribuído para a instrução do povo ao ampliar o número de leitores, ouvintes, escritores e redatores, bem como tenha



contribuído para o esclarecimento político e para os debates em torno dos diversos projetos para o Brasil, levando à população as discussões sobre o futuro do país, ela, com a guerra entre os jornalistas regada por insultos e ataques pessoais, parece ter se afastado daquele que era considerado seu grande propósito inicial: atuar como instrumento pedagógico de educação e esclarecimento da população. Ainda assim, desde o surgimento da imprensa, ou seja, mesmo durante o tempo em que a imprensa política predominava, começa esboçar-se o papel que seria reservado ao *homem de letras* durante o século XIX: o do intelectual como mentor da sociedade, dedicado à aplicação prática das ideias (SILVA, 2006: 378). Tal modelo de jornalismo mais pedagógico, em que o letrado assume para si a tarefa de educar a população, começa a consolidar-se a partir da década de 40, influenciado pelo golpe da Maioridade e uma maior estabilidade na política, quando, em detrimento de uma imprensa política que cada vez mais caía por terra, a literatura e as ciências passam a ganhar maior destaque nas folhas impressas, assumindo a dianteira do projeto pedagógico almejado pelos letrados por meio da imprensa. Como assevera um dos periódicos do início dessa nova fase: “É essa a especialidade do Espelho Fluminense: nada de políticas, nada de diplomacias” (ESPELHO FLUMINENSE, n. 1, 1 de janeiro de 1843: 1). A partir de então, a imprensa desvincula-se daquele caráter violento e difamador dos primeiros anos de sua existência.

Em suma, houve uma estreita vinculação entre a imprensa e um projeto pedagógico na sociedade brasileira oitocentista, projeto que, iniciado com o jornalismo político, consolidou-se apenas com a proliferação de publicações mais literárias. Por mais que esse afã pedagógico possa ser encontrado desde a fundação do *Correio Braziliense*, o primeiro jornal brasileiro, os anos compreendidos entre 1841 e 1870⁸ marcam o auge deste processo de educação, pois foi quando os literatos se consolidaram como os principais colaboradores da imprensa periódica, os títulos publicados com ênfase na atividade literária e científica proliferaram e os debates de cunho político, cuja ofensa dava a tônica principal dos jornais e revistas, cederam espaço às belas letras, consideradas instrumentos fundamentais de educação e civilização.

REFERÊNCIAS

⁸ Como afirma Nelson Werneck Sodré, os periódicos literários proliferaram mais intensamente até o início da década de 1870, quando, com o fim da Guerra do Paraguai, acirraram-se as disputas partidárias, intensificando os debates políticos nas páginas dos jornais. Como diz o autor, “Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início de fase nova, com reformas que se impõe e não podem ser proteladas; a luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompido com a Maioridade. Vai começar a agitação” (SODRÉ, 1999: 200-201).



A Grinalda: jornal dos domingos.

A Nova Minerva: periódico dedicado as ciencias, artes, litteratura e costumes.

A Sciencia: revista sintética dos conhecimentos.

Acajá: jornal de instrução e recreio.

Album Litterario: periódico instructivo e recreativo.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica*: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Annaes Brasilienses de Medicina.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello. "Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830". In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Brasileiros e cidadãos*: modernidade política 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. "Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)". In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

BRAGANÇA, Aníbal. "Antônio Isidoro da Fonseca: um precursor na história do livro brasileiro". In: MELO, José Marques de (Org.). *Imprensa brasileira*: personagens que fizeram história. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 4.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (Orgs.). *Bibliografia da Impressão Régia*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, 2v.

Chronica Litteraria: jornal de instrução e recreio.

Coleção das Leis do Império do Brasil – 1808.

Correio Braziliense ou Armazem Literario.

Espelho Fluminense ou novo gabinete de leitura, modas, poesias, charadas, etc.



FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

_____. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1999.

Gazeta Universal: instructiva, política e commercial.

Jornal das Famílias.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LUSTOSA, Isabel. “Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

_____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

_____. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Motta. “E a imprensa chegou ao Brasil: reflexões sobre livros, invasões e mercados”. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz et al. *D. João VI e o Oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro: estudo das estratégias dos produtores de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso*. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

SILVA, Ana Rosa Cloctet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.



SILVA, Carolina Paes Barreto da. “Direitos, liberdade e cidadania no jornal O Repúblico (1830-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.